

O próximo desfecho do acordo

Dirigir Externa

ESTADO DE SÃO PAULO

A longa e cansativa renegociação da dívida externa com o comitê de assessoramento dos bancos aproxima-se do fim, fim que se espera feliz, mas que exige muita paciência, uma vez que os interlocutores estrangeiros procuram tirar o máximo de nosso país, que não está em boa posição para negociar. Após o encerramento da atual renegociação, o Brasil poderia respirar aliviado, antes de encetar uma nova e difícil negociação com o FMI.

Até agora, dois problemas vinham estorvando o curso da renegociação: a fixação de um *spread* aceitável, por parte do Brasil e o montante do dinheiro novo. Tudo indica que se chegou a um acordo de princípio quanto a esses dois tópicos, restando a acertar dois quesitos que não podem ser considerados insignificantes: o volume de crédito sobre o qual incidirá o novo *spread* e a eventual cobrança de comissões, que a imaginação dos banqueiros chama de "comissão de incentivo", para apressar o desembolso de um empréstimo que, no caso do México, tardou quase um ano para ser efetivado.

O Brasil havia apresentado uma proposta original que não incluía *spread* e que, por isto, irritara bastante os credores. Diante de uma atitude realista, nosso governo finalmente assentiu em pagar o mesmo *spread* que o México, enquanto os bancos credores argumentavam que o "risco" Brasil era maior, pois nosso país não dispõe de tantas reservas como o México (que terminou o ano com reservas no montante de 14 bilhões de dólares), nem a mesma estabilidade política. Ao que tudo indica, os banqueiros teriam concordado em receber *spread* igual ao que pagava o México: 0,8125%, contra a atual média de 1,7%. Mas os bancos, agora, estão pedindo uma comissão, como a que o Brasil havia admitido no caso do empréstimo-ponte de dezembro. Seria esse um dos pontos a negociar para se fazer o acordo final.

Por outro lado, o governo brasileiro havia pedido, a princípio, 7,1 bilhões de dólares a título de *new money*. Na ocasião, havia subestimado o montante do superávit da balança comercial e não imaginava a possibilidade de obter um resulta-

do superior ao de 1987 no presente exercício. À vista do resultado obtido em janeiro pela balança comercial, que o governo ainda não revelou para não fornecer armas aos credores, mas que deverá consistir num superávit de 800 milhões a um bilhão de dólares, o governo brasileiro havia reduzido sua exigência para 6.800 milhões de dólares, após a contraproposta de cinco bilhões dos bancos. Tudo indica que se acertou o valor em 6,1 bilhões de dólares, certamente razoável e que forneceria um pouco de oxigênio, à espera de outros acordos com os organismos internacionais e com as agências que compõem o Clube de Paris. Cabe assinalar que não há vantagem em pedir mais do que o necessário aos bancos estrangeiros, pois isso implicaria um ônus suplementar. É claro que temos de pensar em reduzir a dívida externa e, não, em aumentá-la.

Se é possível aspirar a novos financiamentos para fazer investimentos a aos organismos internacionais e às agências oficiais de crédito que nosso governo deve dirigir-se pois estes podem oferecer em-

préstimos a prazo mais longo, com juros menores e fixos. Quanto a este ponto, a resistência dos bancos comerciais representa fator positivo para o Brasil, que não se vê tentado a aceitar volume maior do que necessita para o financiamento do desequilíbrio do seu balanço de pagamentos.

Convém esclarecer que, depois de resolvidos esses dois problemas fundamentais (*spread* e volume do refinanciamento), haverá outros problemas menores a resolver, entre os quais o pagamento dos atrasados e a questão da securitização que passou para segundo plano na renegociação, que se configura como convencional. Tais problemas são antes jurídicos do que propriamente econômicos: exigem cuidado, mas não põem em risco a conclusão do acordo. A tarefa mais difícil virá depois: convencer os credores a executar com presteza o acordo. Não devemos ter ilusões: algumas instituições procurarão ganhar tempo diante da incerteza do clima econômico e político do Brasil. Esperamos que possamos convencê-las de que a situação é melhor do que atualmente parece.